**A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS LIMITAÇÕES CAPITALISTAS PARA O TRABALHADOR**

Ana Carmita Bezerra de Sousa

Professora da UFCA/IISCA – E-mail: ana-carmita.souza@ufca.edu.br

Denise Gomes de Sá

Professora da PMF, atuando na Ed. Infantil. E-mail: denigomes64@hotmail.com

Paulo Henrique Freitas Maciel

Economista da UFCA. E-mail: paulo.freitas@ufca.edu.br

Wagner Pires da Silva

Administrador da UFCA. E-mail: wagner.pires@ufca.edu.br

**RESUMO**

Neste artigo situamos a relação entre educação e trabalho nos diferentes modos de produção, na história, discutindo a necessidade de superação do modo como tal relação se apresenta na sociedade capitalista, para que a educação possa cumprir seu papel, negando as determinações limitantes do capital. A origem da educação está no próprio ato do ser humano transformar, em conjunto com seus semelhantes, a natureza, adequando-a as suas necessidades materiais e espirituais. Com o surgimento da propriedade privada, trabalho e educação se separam. No contexto de uma sociedade baseada na grande indústria e da vida na cidade, a escola assume o papel de socializar os indivíduos. O que na sociedade feudal, dava-se no interior da comunidade, numa relação direta com a aprendizagem, por meio do processo de trabalho e sem a mediação da escola. Agora, sendo apenas um trabalhador, sem os meios de produção a seu dispor, cabe capacitar-se minimamente para adaptar-se a nova ordem econômica. A educação assume uma função importante para o capital, passando a promover uma qualificação que garante “desmembramento entre conceito, teoria e reflexão (*o trabalho intelectual*), de um lado, e prática, aplicação e experimentação (*o trabalho manual*), de outro”. A superação deste modo de produzir parece ser o caminho para que se tenha uma educação voltada para o aspecto qualitativo de ser humano. Uma educação desinteressada, que não force o estudante a trilhar apenas pelos caminhos que lhe foram pré-fixados.

**Palavras-chave**: Educação; Trabalho; Educação profissional; Capitalismo.

**INTRODUÇÃO**

A ascensão do capitalismo foi acompanhada pela expansão da educação. A necessidade do capital de que o trabalhador pudesse ter os conhecimentos adequados para lidar com os meios de produção e com as novas relações surgidas com a reprodução do sistema. Durante boa parte do século passado a burguesia se empenhou em universalizar a educação e permitir que os trabalhadores tivessem acesso a ela. Era uma educação de segunda classe, mas, ainda assim, permitia a compreensão do mundo a sua volta e do lugar que esperavam que ele ocupasse na sociedade. Entretanto o capital não é um sistema estático e muito menos linear. Ele se modifica através do tempo, em sua busca por ampliar a extração de mais-valor.

Assim é que a contínua ampliação da exploração dos trabalhadores, a precarização das relações de trabalho e a diminuição, por conta do avanço da informática, dos conhecimentos necessários para operar os meios de produção resultaram numa postura de cercear a educação, relegando a mesma ao nível mais básico de apenas capacitar o trabalhador para a realização de sua atividade especializada.

Antunes e Pinto (2017) acreditam que, na atualidade, embora a alienação do trabalhador pareça menor, ela está mais interiorizada, pois “o trabalhador e a trabalhadora têm que se envolver como os objetivos do capital. Ele e ela não são mais ‘trabalhador ou trabalhadora’, mas definidos como ‘colaborador e colaboradora’, ‘consultor e consultora’” (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 75). Neste artigo situamos a relação entre educação e trabalho nos diferentes modos de produção, na história da humanidade, discutindo sobre a necessidade de superação do modo como tal relação se apresenta na sociedade capitalista contemporânea, para que a educação possa cumprir seu papel, negando as determinações limitantes do capital sobre as pessoas.

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: UNIDADE ESSENCIALMENTE HUMANA**

Trabalho e educação formam uma unidade, não sendo possível pensar estas dimensões humanas de forma separada. Saviani (2007) salienta que a origem da educação está no próprio ato do ser humano transformar, em conjunto com seus semelhantes, a natureza, adequando-a as suas necessidades materiais e espirituais, ou seja, produzindo a sua existência em sociedade e a partir da natureza. Com a divisão da sociedade em classes a natureza geral do trabalho não muda, mas cria processos educacionais distintos de acordo com a classe social.

Saviani (2006) parte de uma análise histórica dos diversos modos de produção pelos quais a humanidade passou (comunismo primitivo, feudalismo e, agora, o capitalismo) evidenciando o trabalho como um fator que determina a origem e existência do ser humano na terra tal como somos hoje. “Voltando-nos para o processo de surgimento do homem vamos constatar seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida.” (2006, p.154). Nessa perspectiva, a educação nas sociedades chamadas primitivas coincidia com a própria construção da vida em coletividade, em suas manifestações artísticas, culturais e laborais. Não havia momento e lugar específicos para o ato educativo; este estava em todas as práticas da comunidade, pertencia aos momentos de contato social. Este contato direto definia, através da experiência, um conjunto de conhecimento que poderiam ser aprendidos, conservando o que a experiência acumulada considerava como proveitoso, alterando-os por meios da ação cotidiana.

Neste modo de organização comunal, os homens, a partir da transformação constante da natureza, adaptando-a a suas necessidades, produziam a sua existência e se educavam nesse fazer produtivo. “Lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações.” (SAVIANI, 1994, p. 152). Até então não havia escolas, mas seguramente acontecia educação nos mais variados espaços onde as pessoas se relacionavam e produziam os seus modos de vida. Devido às características social, histórica e cultural do ser humano, ninguém, escapa da educação.

Da mesma forma que o trabalho, portanto, a educação: “[...] é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária ao funcionamento de todas as sociedades [...]. Não há sociedade sem prática educativa e nem prática educativa sem sociedade.” (LIBÂNEO, 1994, p. 16-17). O que pode ser interpretado sem prejuízo de compreensão: não há sociedade sem trabalho, tampouco trabalho sem sociedade. Neste modo comunal os meios de produção pertenciam à comunidade, não havendo diferenças do ponto de vista social.

Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. Nessas condições, a educação identificava-se com a vida. A expressão “educação é vida”, e não preparação para a vida, reivindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era, nessas origens remotas, verdade prática. (SAVIANI, 2007, p. 154/155)

Com o surgimento da propriedade privada, de certo modo trabalho e educação se separam. Historicamente, o surgimento da propriedade privada coincide com o surgimento da escola como local de ócio produtivo, para os detentores dos meios de produção. A educação já não ocorre somente na ação espontânea da vida comunitária; ela já é um processo separado do fazer quotidiano:

Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é ai que se localiza a origem da *escola*. (SAVIANI, 2007, p. 155-156).

A posse privada da terra, então maior bem de valor econômico, é que permitiria, à parte proprietária, viver sem trabalhar, ou seja, do ócio, na escola. Mas como conseguiram viver do ócio, sem trabalhar? Como salientamos na análise de Marx (1989) a origem de toda a riqueza está no trabalho, de um lado, e da natureza, por outro lado. Para que uma parcela da população possa viver sem trabalhar, faz-se necessário que alguém trabalhe por ela. De acordo com Saviani (2007, p.155) (…) “o controle privado da terra onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor”.

A partir deste momento, ou seja, no escravismo antigo, dá-se a separação entre trabalho e educação, rompendo a unidade que se identificava no processo de trabalho e criando, agora, dois momentos separados, duas modalidades de educação. Uma voltada para os escravos, que continuava se realizando no processo de trabalho. Outra voltada para os proprietários dos meios de produção, que consistia em conhecimentos abstratos da realidade, intelectuais, e também atividades físicas, como pura diversão ou de caráter militar. A escola como instituição separada surge neste momento em que a sociedade se separa em classes sociais antagônicas. Para Saviani (2007, p.155,156):

Estamos, a partir desse momento, diante do processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. (…) E é aí que se localiza a origem da *escola*. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho.

Esta separação, escola para as classes dominantes e educação no processo de trabalho para as classes dominadas, na sua essência, ocorre em todas as formas sociais em que temos a divisão entre trabalho manual e intelectual. O preparo, nestas funções manuais, se dava na prática diária do trabalho. Mesmo para o artesão qualificado da Idade Média não havia uma escola separada do processo de trabalho. O aprendizado, que durava vários anos, era efetuado na oficina, no contato direto com o trabalho. A escola, como uma instituição separada da sociedade, assume um papel de formar intelectuais, dirigentes, para exercerem a dominação no aparelho de Estado e na produção.

(…) a escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. (…) Nesses contextos, as funções manuais não exigiam preparo escolar. A formação dos trabalhadores dava-se com o concomitante exercício das respectivas funções. (SAVIANI, 2007, p. 157-158).

A transição da sociedade feudal para a capitalista ocorre com mudanças significativas no modo de organizar a produção da existência material. No feudalismo, embora fosse uma sociedade baseada na exploração de classe, o objetivo da atividade econômica era primeiramente a produção de valores de uso, ou seja, a comunidade produzia para satisfazer suas necessidades vitais, para o consumo imediato.

As forças produtivas eram limitadas e, portanto, produzia-se basicamente para a subsistência. O excedente, quando havia, era trocado, mas não como sendo o fim da produção, apenas de forma ocasional. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão de trabalho, especializando a produção, essas trocas deixam de ser ocasionais e passam a se tornar o objetivo principal da produção. Com esta inversão, (produção para o consumo agora se torna produção com o objetivo de troca), temos o surgimento de um outro modo de organizar a produção, a sociedade capitalista. Segundo Saviani (2007, p.158) “Nessa nova forma social, inversamente ao que ocorria na sociedade feudal, é a troca que determina o consumo. Por isso esse tipo de sociedade é também chamado de sociedade de mercado”.

De uma produção voltada para dentro da comunidade, agora temos uma produção voltada para o mercado. Os laços naturais que uniam os membros da comunidade se dissolvem e surgem outras relações, mediadas pela troca. Não são mais relações diretas, em que cada servo sabia exatamente o que produzia para o seu senhor.

A forma diretamente social do trabalho é aqui a forma concreta do trabalho. (...) No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham, ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas na relação de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho. (MARX, 1989, p.86).

No capitalismo o trabalhador é proprietário de uma mercadoria, a força de trabalho, e entra em contato com o comprador dessa mercadoria, o capitalista, numa relação contratual em que um é vendedor e o outro comprador, numa relação típica de mercado. Não se trata, como no feudalismo, de uma relação direta, mas de contrato firmado entre ambas as partes e que tem no direito positivado, ao contrário do costume, sua forma de legitimação. Nesse contexto, há a necessidade que a população em geral tenha alguma educação formal, passando a escola a assumir um papel de generalizar na sociedade a cultura letrada, fonte agora em que se baseia a nova ordem que se instalou como dominante. Conforme Saviani salienta (2007, p.158):

Com isso, o domínio de uma cultura intelectual, cujo componente mais elementar é o alfabeto, impõe-se como exigência generalizada a todos os membros da sociedade. E a escola, sendo o instrumento por excelência para viabilizar o acesso a esse tipo de cultura, é erigida na forma principal, dominante e generalizada de educação. Esse processo assume contornos mais nítidos com a consolidação da nova ordem social propiciada pela indústria moderna no contexto da Revolução Industrial.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, como vimos, conduziu a sociedade a uma revolução nas formas de produção, apropriada pelo capital. A introdução da máquina destruiu o saber do artesão. Na realidade, o que aconteceu foi uma transferência do trabalho intelectual/qualificado do artesão para a máquina, materializando-se nela. De acordo com Saviani (2007, p.158) “os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele destacam-se, indo incorporar-se às máquinas.” Assim, as operações no processo de produção se limitaram a movimentos simples, sem a necessidade das habilidades do artesão qualificado, que detinha conhecimento de todo o processo produtivo. O que prevaleceu foi a separação entre as atividades manuais e as intelectuais, impossibilitando à maioria dos trabalhadores a produção de saberes (ANTUNES; PINTO, 2017).

Essa divisão, atacou não apenas o saber/fazer da classe trabalhadora. Ela foi ainda mais ampla, por fazer com que os trabalhadores perdessem controle de parte de suas formas de reprodução social, como apontam Antunes e Pinto (2017). Agora seria o capital que ditaria o que o trabalhador precisaria aprender e o que não. Além disso, facilitou aos donos dos meios de produção na rotatividade dos funcionários, ao diminuir o poder de barganha dos trabalhadores, uma vez que por meio de treinamentos rápidos e baratos era possível substituí-los quando necessário.

No contexto de uma sociedade baseada na grande indústria e da vida na cidade, a escola assume o papel de responsável pela socialização dos indivíduos na sociedade. Esta socialização, na sociedade feudal, dava-se no interior da comunidade, como vimos, numa relação direta, com a aprendizagem se realizando por meio do processo de trabalho e sem a mediação da escola. Agora, sendo apenas um trabalhador, sem os meios de produção a seu dispor, cabe capacitar-se minimamente para poder adaptar-se a nova ordem econômica. A educação assume uma função importante para o capital, passando a promover uma qualificação que garante “desmembramento entre conceito, teoria e reflexão (*o trabalho intelectual*), de um lado, e prática, aplicação e experimentação (*o trabalho manual*), de outro” (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 79). Basta agora uma formação elementar, geral, que possa, inclusive, formar, moldar o indivíduo para adaptar-se a esta nova sociabilidade do capital.

A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna. Familiarizando-os com os códigos formais, capacitou-os a integrar o processo produtivo. (…) Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades. (SAVIANI, 2007, p.159).

Ao lado desta formação elementar, persistia a necessidade, no processo produtivo, de funções específicas que exigiam uma formação intelectual maior. O ensino profissional ocupou este espaço, seja dado pela própria empresa ou pelo sistema escolar, mas diretamente ligado à produção. Assim, temos duas formas de ensino: uma voltada para a formação profissional e outra voltada para a formação geral.

Estas (formação geral), por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais) em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade. (SAVIANI, 2007, p.159).

Ao contrário do escravismo e feudalismo, em que a escola era somente para a elite dominante, e que os dominados tinham sua aprendizagem no processo produtivo, por meio do trabalho, no capitalismo assistimos à ideia de universalização do ensino, tendo como referência de modelo a escola semelhante como a conhecemos hoje.

No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade. (SAVIANI, 2007, p.159).

Esta é a inconfundível caracterização da dualidade na educação. Para classes sócias distintas, tipos de educação distintos tanto em objetivos como em práticas pedagógicas.

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O DELINEAMENTO DE UM NOVO MODELO**

Diante do que foi colocado fica patente a necessidade de um novo modelo de educação que possa dar conta de realizar a educação, não como uma simples forma de adequar o trabalhador às necessidades do capital, mas como método de construção coletiva dos próprios trabalhadores. Braverman (1980) aponta que este processo não é interminável e que, para mudar, somente a partir da participação ativa dos trabalhadores. Nesse sentido, para que a educação envolva os trabalhadores e seus filhos, é necessário que se superem com os antagonismos no processo de trabalho entre os que controlam a produção, os capitalistas e seus gerentes, e os trabalhadores, ou seja, entre concepção e execução, entre trabalho intelectual e manual.

Essa educação só pode despertar o interesse e atenção dos trabalhadores quando eles se tornarem os senhores da indústria no sentido verdadeiro, isto é, quando os antagonismos no processo de trabalho entre controladores e trabalhadores, entre concepção e execução, entre trabalho mental e manual forem superados, e quando o processo do trabalho for unificado no corpo coletivo que o executa. (BRAVERMAN, 1980, p.376)

Romper com a estrutura do capital requer uma atitude de mudança real e não apenas formal, em que trabalhadores votam em diretores ou decidem sobre os processos produtivos, a partir de determinações superiores que já vêm prontas e são apenas legitimadas pelo voto dos trabalhadores. Para Braverman (1980, p.376) esta forma de participação não contribui para que se possa ter uma educação integral. “O conceito de uma democracia na oficina, baseada simplesmente na imposição de uma estrutura formal de parlamentarismo - eleição de diretores, votação sobre decisões referentes à produção etc - de acordo com a organização existente é decepcionante.” Para que tenham uma participação real e efetiva dos trabalhadores nas decisões, e que a educação seja um momento de prazer, é necessário mais que isso.

Aqui surge o conhecimento como um elemento fundamental para que se efetive uma verdadeira mudança na concepção de educação. É preciso, apontam Antunes e Pinto (2017, p. 107) “conceber a educação fora dos marcos da separação ente trabalho intelectual e trabalho manual”. Trata-se de lutar para que os trabalhadores tenham acesso ao conhecimento em sua unidade, ou seja, tanto o conhecimento propriamente técnico de fazer determinado trabalho como também os determinantes históricos de formação desta sociedade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a relação entre educação e trabalho nos diferentes modos de produção, na história da humanidade, discorrida brevemente no primeiro tópico deste texto a partir Saviani (2007) e ancorados em Antunes e Pinto (2017) é possível afirmar que a contradição mais marcante e duradoura é a manutenção da separação entre uma classe que domina os meios de produção e que tem uma educação para ser dirigente, seja na condução política do Estado, seja na produção material, como técnicos altamente especializados em oposição à classe dos despossuídos dos meios de produção, que têm somente a capacidade de trabalhar, caso tenha a “sorte” de encontrar um capital que possa e queria explorá-lo. Todo este processo é o que garante a usurpação do capitalista ao trabalhador “do conhecimento que detêm sobre o seu trabalho a fim de lhes impor, unilateralmente uma nova forma de organização deste, tendo sempre como horizonte as necessidades da máxima extração de mais-valia” (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 21). É a imposição dessa nova forma de organização do trabalho que torna a educação profissional uma necessidade para o capital.

Considerando que a questão educacional está o tempo todo ligada ao próprio modo de produzir a nossa existência material nesta sociedade e vislumbrando o real papel da educação, de modo que negue as determinações do capital sobre as pessoas, é urgente fazer a crítica partir da forma como está organizada esta produção para, a partir dela, identificarmos elementos de saída. Como pode ser observado, o objetivo do capitalismo é o lucro, uma determinação puramente quantitativa, que não leva em consideração outra coisa que não seja sua grandeza. Assim, a superação deste modo de produzir parece ser o caminho para que se tenha uma educação voltada para o aspecto qualitativo de ser humano. Uma educação, no dizer de Gramsci, desinteressada, que desenvolva o caráter e não force o estudante a trilhar apenas pelos caminhos que lhe foram pré-fixados. Uma educação que contribua para a superação do capital e não para sua perpetuação. Uma educação que possibilite a elevação da classe trabalhadora. Uma educação que forme seres humanos em toda a sua plenitude e não os apêndices das máquinas. Considerando todas as afirmações e reflexões realizadas até aqui, é latente que nos apropriemos, mais do que nunca, da categoria utopia.

**REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahjar, 1980.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º Grau/ Série Formação de Professor).

MARX, Karl**. O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

MARX, Karl.**O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Livro I – O processo de produção do Capital. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertraud do Brasil, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007